

# “PROLEGÓMENOS” DA *ESTÉTICA* DE BAUMGARTEN

*Ana Rita Ferreira*

(Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

## Introdução

Baumgarten foi o primeiro autor a usar a palavra “estética” para definir o projecto científico que inaugurou o ramo filosófico homónimo, na sua dissertação de 1735, *Meditationes philosophicae de nonnullis ad poema pertinentibus*. Fê-lo na esteira de Wolff, no âmbito da teoria do conhecimento e, mais concretamente, na sequência da diferenciação entre o conhecimento claro e distinto, que é próprio da razão, e o conhecimento confuso e obscuro, próprio dos sentidos inferiores. Em *Meditationes*, Baumgarten irmana a percepção sensitiva e a lógica, considerando-as duas partes constitutivas da gnoseologia. O momento fundacional da estética, como ramo disciplinar autónomo, foi portanto uma tentativa de reconciliação entre os domínios da razão e da sensibilidade, pela atribuição a este último de um valor análogo ao do primeiro e pelo reconhecimento das limitações de ambos.

Baumgarten afirma que as coisas conhecidas (νοητά) dizem respeito à faculdade superior e são objecto da lógica; as coisas percebidas (αἰσθητά), são conhecidas pelas faculdades inferiores, sendo objecto da ciência da percepção sensitiva, ou estética (§ CXVI). A classificação “faculdades inferiores” não implica uma efectiva diminuição da percepção sensitiva, já que Baumgarten reconhece a sua paridade em relação à lógica e atribui à sensibilidade um papel relevante no melhoramento dos nossos modos de pensar e de viver. Tal como se depreende de uma outra passagem da *Metaphysica* (§ 520), a inferioridade é relativa a uma subjeccência pela confusão, obscuridade e indistinção do conhecimento que veiculam os sentidos. Os sentidos são inferiores, não por serem de some-nos importância, mas por serem a estrutura cognitiva mais fundamental e basilar que possuímos.

A obra *Metaphysica* foi publicada quatro anos após as *Meditationes*. Nela, Baumgarten oferece um alargamento da classe das coisas conhecidas pelas faculdades inferiores, já que esta passa a abarcar mais do que aquilo que é percebido: também os pensamentos e as imagens são agora incluídos neste grupo. A especificação das faculdades inferiores avançada em *Metaphysica* (§§ 534-623) será ampliada na obra que consolida a posição de Baumgarten relativamente à ciência do conhecimento sensitivo – o tratado *Aesthetica* – cujo primeiro volume é publicado em 1750 e o segundo em 1758. Este tratado ficaria inconcluso dada a saúde débil e a morte prematura do filósofo, poucos dias antes de completar 48 anos. Os dois volumes publicados são apenas referentes à Estética Teórica, no âmbito da Heurística. A Estética Teórica deveria ainda incluir um capítulo dedicado à Metodologia e outro dedicado à Semiótica, só ficando o projecto de Baumgarten completo com uma segunda parte destinada à Estética Prática. Este é o plano que o filósofo refere nos Prolegómenos do volume publicado em 1750 e cuja tradução para português aqui se apresenta.

O latim baumgarteniano é de uma profunda economia e concisão, tornando-se difícil respeitar o seu estilo terso sem sacrificar a clareza dos conteúdos. É bastante provável que o complexo minimalismo da sua escrita tenha contribuído para limitar o posterior reconhecimento deste filósofo. A obra em língua vernácula do seu discípulo Georg Friedrich Meier (1718-1777) teve melhor aceitação do que os escritos baumgartenianos que a inspiraram. O próprio Baumgarten reconhece na Introdução à *Aesthetica* a importância da contribuição de Meier para a clarificação e desenvolvimento das premissas nas quais se funda a sua proposta disciplinar. Antes mesmo de Baumgarten publicar a primeira parte da obra *Aesthetica*, havia Meier publicado o tratado *Anfangsgründe aller schönen Wissenschaften*<sup>1</sup>, bastante devedor dos anteriores escritos de Baumgarten e do curso que este ministrou em Frankfurt (Oder), no semestre de Inverno de 1742/43.

Vários excertos das três obras baumgartenianas aqui mencionadas, entre os quais se contam os Prolegómenos da *Aesthetica*, foram traduzidos por Míriam Sutter de Medeiros para português do Brasil e publicados em 1993 pela editora petropolitana Vozes. Para lá das particularidades lexicais e sintáticas que marcam a diferença entre a variante brasileira e a matriz portuguesa – e que por si justificam a dupla tradução de textos filosóficos – acresce a necessidade de tornar disponível ao leitor lusófono uma tradução mais fiel ao estilo de Baumgarten. Ainda que a versão bra-

---

<sup>1</sup> G.F. Meier, *Anfangsgründe aller schönen Wissenschaften*, Halle/ Magdeburg, C. H. Hemmerde, 1748-1750.

sileira não chegue a ser interpretativa, ela altera, em muitos casos, a estrutura das frases e a sua pontuação em prol de uma maior acessibilidade ao texto. Tendo em vista um público mais acadêmico, tentámos nesta versão que tal só acontecesse na medida do imprescindível, mantendo ao máximo a sobriedade característica do latim de Baumgarten, não apenas por reconhecermos uma certa beleza no estilo mas, sobretudo, por considerarmos que a fuga a essa construção esquelética inevitavelmente implica adições que, por menores que sejam, podem deturpar o sentido pretendido.

Dadas as diferenças na estrutura de ambas as línguas, não é possível que os textos trasladados do latim para o português mantenham totalmente a mesma contenção de palavras ou que estas conservem inexoravelmente o mesmo comportamento sintático, sob pena de tornar fósmeo o sentido do texto. Fizemos, todavia, um esforço por evitar qualquer loquacidade desnecessária e alheia ao original, respeitando sempre que possível a classe gramatical das palavras. Esta tradução vive desse equilíbrio entre a observância das características morfossintáticas do texto original e a tentativa de manter a contenção que o caracteriza, sem sacrificar a clareza do sentido. Não obstante, completámos os detalhes relativos às referências bibliográficas presentes no texto. Tivemos sempre em conta as versões já existentes, não só a de Míriam Sutter de Medeiros, como também a francesa de Jean Yves Pranchère (Paris, Editorial L’Herne, 1988) e a alemã de Dagmar Mirbach (Hamburg, Felix Meiner, 2007), por seu turno muito atenta à italiana de Tedesco (Palermo, Aesthetica Edizioni, 2000). Todas elas foram cotejadas para afinar detalhes da versão que aqui se publica. O texto em latim utilizado é o da edição de Johann Christian Kleyb, de 1750.

**Prolegómenos.**

## § 1.

A ESTÉTICA (teoria das artes liberais, gnoseologia inferior, arte do pensar belamente, arte do análogo da razão) é a ciência do conhecimento sensitivo.

## § 2.

O grau natural das faculdades cognoscitivas, promovido pela mera prática e sem cultivo disciplinar, pode ser chamado ESTÉTICA NATURAL, e esta divide-se, de acordo com a lógica natural, em inata – o belo talento inato – e em adquirida, e esta, por sua vez, na que é ensinada e na que é praticada.

## § 3.

O maior préstimo da estética artificial (§ 1) para a acreção da natural, será entre outros 1) fornecer um material adequado às ciências que são sobretudo baseadas no conhecimento intelectual, 2) adaptar cientificamente os conhecimentos à capacidade de compreensão de qualquer um, 3) ampliar a correção do conhecimento para lá ainda dos limites daquilo distintamente conhecido por nós, 4) ministrar princípios adequados para todos os trabalhos mais delicados e para as artes liberais, 5) no quotidiano, oferecer maior vantagem na realização de todas as coisas, mesmo se as demais circunstâncias forem equivalentes.

## § 4.

Eis portanto alguns empregos particulares: 1) o filológico; 2) o hermenêutico; 3) o exegetico; 4) o retórico; 5) o homilético; 6) o poético; 7) o musical, etc.

**Prolegomena.**

## § 1.

AESTHETICA (theoria liberalium artium, gnoseologia inferior, ars pulcre cogitandi, ars analogi rationis) est scientia cognitionis sensitivae.

## § 2.

Naturalis facultatum cognoscitivarum inferiorum gradus solo usu citra disciplinalem culturam auctus AESTHETICA NATURALIS dici potest, et distingui, sicuti logica naturalis solet, in connatam, ingenium pulcrum connatum, et acquisitam, et haec denuo in docentem et utentem.

## § 3.

Ad naturalem accedentis artificialis aesthetices, §1, usus inter alios maior erit 1) scientiis intellectu potissimum cognoscendis bonam materiam parare, 2) scientifice cognita captui quorumvis accommodare, 3) cognitionis emendationem etiam extra distincte cognoscendorum a nobis pmoeria proferre, 4) bona principia studiis omnibus mansuetioribus artibusque liberalibus subministrare, 5) in vita communi, caetera si paria fuerint, in agendis rebus omnibus praestare.

## § 4.

Hinc usus speciales, 1) philologicus, 2) hermeneuticus, 3) exegeticus, 4) rhetoricus, 5) homileticus, 6) poeticus, 7) musicus e.c.

§ 5.

Pode ser objectado à nossa ciência (§ 1): 1) que ela se revela demasiado abrangente para que possa ser exaustivamente tratada num único opúsculo, numa só conferência. Respondo que admito. Porém, é preferível algo ao nada; 2) o facto de ela ser idêntica à retórica e à poética. Resp.: a) é mais vasta, b) compreende as coisas que estas artes têm em comum com outras e entre si, pelas quais, depois de aqui examinadas em seu devido lugar, de uma vez por todas, qualquer arte, sem tautologias inúteis, poderá granjear o seu campo ditosamente. 3) Ela é idêntica à crítica. Resp.: a) existe também uma crítica lógica, b) um certo tipo de crítica faz parte da estética, c) para este tipo [de crítica], uma prenoção quanto à restante estética é quase indispensável, a menos que se queira discutir acerca de meros gostos nos julgamentos das coisas belamente pensadas, ditas e escritas.

§ 6.

Pode ser objectado à nossa ciência 4) que as percepções sensitivas, as imaginações, as fábulas, as perturbações afectivas, etc. são indignas para os filósofos e sitas abaixo do horizonte deles. Resp.: a) o filósofo é um homem entre os homens, e não julga bem se considerar alheia a si tamanha parte do conhecimento humano, b) a teoria geral das coisas belamente pensadas confunde-se com a prática e com a execução singular.

§ 7.

Obj. 5) A confusão é a mãe do erro. Resp.: a) mas é condição, *sine qua non*, para a descoberta da verdade, lá onde a

§ 5.

Obici posset nostrae scientiae, §1, 1) eam nimis late patere, quam ut uno libello, una acroasi possit exauriri. Rsp. concedendo. Sed praestat aliquid nihilo, 2) eam eandem esse cum rhetorica et poetica. Resp. a) latius patet, b) complectitur his cum aliis artibus, ac inter se communia, quibus heic loco convenienti, semel perspectis quaelibet ars sine tautologiis inutilibus suum fundum felicius colat. 3) Eandem esse cum critica. Rsp. a) est etiam critica logica, b) quaedam critices species est pars aesthetices, c) huic praenotio quaedam aesthetices reliquae paene necessaria est, nisi velit in diiudicandis pulcre cogitatis, dictis, scriptis disputare de meris gustibus.

§ 6.

Obiici posset nostrae scientiae 4) indigna philosophis et infra horizontem eorum esse posita sensitiva, phantasmata, fabulas, affectuum perturbationes e.c. Rsp. a) philosophus homo est inter homines, neque bene tantam humanae cognitionis partem alienam a se putat, b) confunditur theoria pulcre cogitatorum generalis et praxis ac exsequutio singularis.

§ 7.

Obi. 5) Confusio mater erroris. Rsp. a) sed conditio, *sine qua non*, inveniendae veritatis, ubi natura non

natureza não dá o salto da obscuridade para a distinção. O meio-dia nasce da noite através da aurora. b) Assim, a confusão deve ser considerada, para evitar erros, como os muitos e graves que ocorrem por incúria, c) não se recomenda a confusão, mas o conhecimento torna-se mais correcto, na medida em que nele é interveniente de modo inevitável um laivo de confusão.

§ 8.

Obj. 6) O conhecimento distinto oferece mais vantagens [do que o confuso].  
 Resp.: a) Para um espírito limitado, apenas quanto a coisas mais sérias, b) a aprovação de um não implica a exclusão do outro, c) por isso, segundo regras distintamente conhecidas, vamos de modo directo primeiro para as coisas belamente conhecidas, a partir das quais a distinção surge por fim mais perfeita (§§ 3, 7).

§ 9.

Obj. 7) Pelo cultivo do análogo da razão, deve temer-se que o território da razão e da solidez sofra dano.  
 Resp.: a) este argumento pertence àqueles que mais força probatória têm, porque é este mesmo perigo, sempre que é procurada uma perfeição compósita, a inspirar cautela e não recomendar a negligência da verdadeira perfeição.  
 b) Um análogo da razão não cultivado e funcionando corrompidamente não é menor entrave para a razão e para a mais séria solidez.

§ 10.

Obj. 8) A estética é uma arte, não uma ciência. Resp. a) Estas não são disposições opostas. Quantas artes que

facit saltum ex obscuritate in distinctionem. Ex nocte per auroram meridies. b) Ideo curanda est confusio, ne inde errores, quot et quanti penes incurios, c) non commendatur confusio, sed cognitio emendatur, quatenus illi

§ 8.

Obi. 6) Cognitio distincta praestat.  
 Rsp. a) Apud finitum spiritum tantum in gravioribus, b) unius positio non est alterius exclusio, c) ideo secundum regulas distincte cognitae directum imus pulcre cognoscenda primum, ex quibus eo perfectior aliquando surgat distinctio, § 3, 7.

§ 9.

Obi. 7) Per cultum analogi rationis, verendum est, ne quid detrimenti capiat rationis et soliditatis territorium.  
 Rsp. a) hoc argumentum est in plus probantibus, quia idem periculum est, quotiescunque perfectio composita quaeritur, ad cautionem incitans, non neglectum verae perfectionis suadens.  
 b) Incultum et corruptius analogon rationis non minus officit rationi severiorique soliditati.

§ 10.

Obi. 8) Aesthetica ars est, non scientia.  
 Rsp. a) Hi non sunt oppositi habitus.  
 Quot olim artes tantum iam sunt simul

outrora o eram tão-só, agora são também ciências? b) a experiência provará que a nossa arte pode ser demonstrada. É evidente *a priori* que ela merece que a elevem a ciência porque a psicologia, e outras, fornecem princípios determinados que o demonstram, tal como os empregos mencionados nos capítulos 3, 4, entre outros.

§ 11.

Obj. 9) Tal como no caso do poeta, os estetas nascem, não se fazem. Resp.: a) Horácio, *Ars Poetica*, 408. Cícero, *De Oratore* livro II, c. 60. Bilfinger em *Dilucidationes*, § 268. Breitinger von *den Gleichnissen*, p. 6. Uma teoria mais completa, mais recomendável pela autoridade da razão, mais exacta, menos confusa, mais certa e menos duvidosa ajuda o esteta nato (§ 3).

§ 12.

Obj. 10) As faculdades inferiores, a carne, antes devem ser debeladas do que encorajadas e consolidadas. Resp. a) Requer-se o domínio sobre as faculdades inferiores, não a tirania. b) Para esse efeito, na medida em que tal pode ser conseguido naturalmente, conduzir-nos-á a estética como que pela mão. c) As faculdades inferiores, na medida em que são corrompidas, não devem ser encorajadas e consolidadas pelos estetas, mas devem ser norteadas para que não se corrompam mais ainda através de exercícios impróprios ou para que não se tolha o emprego do talento divinamente concedido, como pretexto indolente de ser evitado o mau uso.

scientiae? b) nostram artem demonstrari posse, probabit experientia, patet a priori, quia psychologia e.c. suppeditant certa principia, mereri eandem, ut elevetur in scientiam, docent usus, in aliis, § 3, 4 commemorati.

§ 11.

Obi. 9) Aesthetici nascuntur, non fiunt, uti poetae. Resp. Hor. A. Poet. v. 408. Cic. de Or. I. II, c. 60. Bilfinger in *dilucid.* § 268. *Breitinger von Gleichnissen* p. 6. Aestheticum natum iuvat theoria completior, rationis auctoritate commendabilior, exactior, minus confusa, certior, minus trepida. § 3

§ 12.

Obi. 10) Facultates inferiores, caro, debellandae potius sunt, quam excitandae et confirmandae. Resp. a) Imperium in facultates inferiores poscitur, non tyrannis. b) Ad hoc, quatenus naturaliter impetrari potest, manu quasi ducet aethetica. c) Facultates inferiores non, quatenus corruptae sunt, excitandae confirmandaeque sunt aestheticis, sed iisdem dirigendae, ne sinistris exercitiis magis corrumpantur, aut pigro vitandi abusus praetextu tollatur usus concessi divinitus talenti.

§ 13.

A nossa estética (§ 1), tal como a lógica, sua irmã mais velha, é I) TEÓRICA, doutrinal, genérica, Parte I, prescrevendo 1) acerca das coisas e dos pensamentos, Cap. I – HEURÍSTICA; 2) acerca da ordem lúcida, Cap. II – METODOLOGIA; 3) acerca dos estilos do pensar e do dispor belamente, Cap. III – SEMIÓTICA; II) PRÁTICA, aplicada, específica, Parte II. Quanto a ambas

*A quem escolher tema de acordo  
com as suas possibilidades,  
Não faltará eloquência  
nem ordem lúcida.*

Horácio. *Ep. ad Pis.*, 40.

Que o tema seja para ti a primeira preocupação, a ordem lúcida a segunda e a atenção aos signos seja a terceira, em último lugar.

§ 13.

Aesthetica nostra § 1. sicuti logica, soror eius natu maior, est I) THEORETICA, docens, generalis, P. I. praecipiens 1) de rebus et cogitandis HEURISTICE. C. I. 2) de lucido ordine, METHODOLOGIA C. II. 3) de signis pulcre cogitatorum et dispositorum, SEMIOTICA, C. III. II) PRACTICA, utens, specialis. P. II. Utrimque

*cui lecta potenter erit res.  
Nec facundia deseret hunc,  
nec lucidus ordo.*

Hor. E.

*Res sit prima tibi, sit lucidus ordo  
secunda,  
Signaque postremo tertia cura loco.*